



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A ORGANICIDADE DA FLEXIBILIZAÇÃO: REPRESENTAÇÕES, DISCURSOS E MEMÓRIAS NO ÂMBITO DO TRABALHO

Roney Gusmão do Carmo*
(UESB)

Ana Elizabeth Santos Alves**
(UESB)

RESUMO

O texto se empenha em compreender a forma como o “novo” capitalismo flexível adentrou a cotidianidade das pessoas, inspirando distintas interpretações sobre o fenômeno. Embora este ilustre um momento histórico do sistema capitalista e seja marcado por reconversões na estrutura econômica, seu alastramento tem ocorrido também através de artifícios ideológicos, cuja arquitetura tem capturado a subjetividade dos sujeitos e provocado um engajamento coletivo. Assim, para falar de novas formas de resistências às correntes estratégias de dominação, há que reconhecer os novos artifícios de perpetuação do capital.

PALAVRAS-CHAVE: acumulação flexível, capitalismo, representações, trabalho.

INTRODUÇÃO

Este texto é um produto de pesquisas que desenvolvemos no curso de doutoramento acerca da dinâmica socioeconômica perceptível nas últimas décadas no município de Vitória da Conquista, Bahia. Embora as transformações tenham sido impressas no espaço geográfico local, entender sua lógica requereu transcender a

*Doutor em “Memória: linguagem e sociedade” pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, professor adjunto do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Endereço: Rua dos Radialistas, 181, apt. 805, Edf. André Guimarães, Pituba, Salvador – BA, 41810650. roney@ufrb.edu.br.

**Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas – DFCH e do Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* em “Memória: linguagem e sociedade” da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.



obviedade material do fenômeno, inscrevendo-o dialeticamente aos meandros do contexto histórico que o contornou.

Nesse sentido, o trabalho foi construído a partir do entendimento de que cada fenômeno visível no recorte empírico da pesquisa aqui relatada, está, sobretudo, ancorado num movimento dialético amplo, sem prescindir, é claro, as conexões estabelecidas entre o mais elementar cotidiano das pessoas dentro do espaço estudado e o tempo histórico que percorre a existência social. Assim sendo, o percurso metodológico aqui tratado se apoiou na dialética como pressuposto para entendimento da relação complexa entre as partes e o todo, bem como para entendimento da história em seu movimento orgânico, cujas ramificações aportam na vida comum dos sujeitos e permite entender a imbricação que liga cada homem e mulher ao seu tempo.

Para estruturar tal estudo, o presente trabalho se apoiou em fontes documentais, como recortes de jornais, fotografias antigas da cidade e entrevistas com autoridades locais, além de entrevistas e questionários aplicados junto a pessoas capazes de contribuir para melhor interpretar o objeto que aqui se pretendeu compor. Os sujeitos de pesquisa foram abordados pela seguinte estratégia: questionários a 50 comerciários de diversos ramos de atuação na cidade; entrevistas semi-estruturadas a 12 comerciários atuantes em lojas do varejo, com maior variedade possível de sexo e idade; entrevistas semi-estruturadas a 4 comerciantes e 4 ex-comerciantes locais. Através desses sujeitos da pesquisa, objetivamos compreender a forma como as transformações econômicas que aportaram a realidade local no início do século XXI afetou as representações e percepções dessas pessoas. Ao mesmo tempo em que objetivamos entender as mudanças, intentamos também interpretar elementos da memória que possibilitaram conectar o presente à trajetória de vida desses sujeitos e ao contexto socio-histórico ao qual pertencem.

Ademais, o conjunto de caminhos metodológicos aqui adotados possibilitou traçar um recorte temporo-espacial capaz de fornecer pistas ao entendimento dos (re)configurações na economia local, em consonância com a dinâmica capitalista global. Além disso, tais transformações se materializaram no espaço de vivência dessas pessoas, escancarado na remontagem do cenário urbano, também se convertendo em



subjetivação, interpenetrando representações, simbologias, sentidos de filiação e identidades desses sujeitos. Desta feita, falamos de mudanças no campo da concreticidade, mas também salientamos que esta dinâmica adentrou o mundo de significados, interpenetrando nas trajetórias de pessoas comuns, que inevitavelmente foram impactadas em seu cotidiano com mudanças tão profundas.

Desse modo, o marco teórico que percorremos se ocupou do fenômeno da acumulação flexível, entendido como reincremento na esfera produtiva capitalista dentro de um contexto de instabilidade econômica e raquítico crescimento. Assim sendo, a flexibilidade se traduz como estratégia de perpetuação do capital em contextos históricos que requeriam uma produção mais leve, flexível e adaptável às turbulências oscilantes do sistema. Esta realidade não ficou retida a um único setor da economia, muito menos foi restrito a países de economia central, ao contrário, em distintas temporalidades e com certas peculiaridades, a flexibilidade atingiu proporção epidêmica, regimentando “novos” critérios de sobrevivência no cenário econômico, alterando vínculos de trabalho e remoldando aspectos múltiplos da economia (CHESNAIS, 1996).

Tão logo, os Estados passam a ser acionados, consentindo com uma política neoliberal e anuindo com mecanismos de exploração extrema da mão-de-obra. Esta realidade foi anunciada em meados do século XX, mas foi nos anos 1990 que a ação predatória do capital em países de economia periférica, como o Brasil, reestruturou a produção, agora regida por instrumentos de tecnologias sofisticados e formas de controle social mais equalizadas ao projeto burguês de sociedade para o início do século XXI. A flexibilização, portanto, foi estratégia de sustentação hegemônica do capital, com uso de instrumentos subjetivos para disseminação de condutas ideológicas atreladas à necessidade eminente de fazer circular mercadorias e subsunção da prática social ao nexo da acumulação (ALVES, 2011).



A DIALÉTICA DO RECORTE EMPÍRICO

A partir do ano 2000, Vitória da Conquista, hoje com 310 mil habitantes, teve sua configuração econômica profundamente alterada pela propagação de empreendimentos varejistas franquizados a redes nacionais e internacionais. Quase simultaneamente, lojas populares aqui chegaram, modificando radialmente o cenário municipal, tanto porque deixou uma silhueta mais metropolitana ao espaço geográfico, como também porque provocou o acirramento da concorrência, acentuando a exclusão de empreendedores locais.

Foi a partir do contato com os sujeitos de pesquisa que se tornou possível afirmar que a dinâmica capitalista, insinuada pelo contexto de reestruturação produtiva, afetou intimamente o cenário econômico do espaço empírico que adentramos, redundando num processo acelerado de reconversões sociais, econômicas e políticas nítidas tanto no desenho espacial urbano, como também cotidianidade dos sujeitos.

Embora o discurso posto na estrutura política do capitalismo flexível aponte para uma maior democratização do consumo e conseqüente melhoria da qualidade de vida geral, na prática esse *slogan* tem escamoteado os efeitos mais perversos dos novos paradigmas de acumulação. A permissividade dos governos tem gerado um processo desenfreado de expansão das transnacionais, obrigando micro-empreendedores a recuarem em seus espaços de atuação, cuja identidade parece estar sendo golpeada por uma transnacionalização que massifica signos de consumo muito mais equalizado a tendências fugazes do mercado global. O posicionamento saudosista dos comerciantes entrevistados demonstrou essa sensação de não mais reconhecimento daquele comércio de outrora, cuja dinâmica parecia tão previsível. Hoje, para aqueles que insistem no comércio, o cenário se demonstra hostil, dilacerado por um estrangeirismo cosmopolita violento por seu poder de persuasão e exclusão.

A realidade antagônica de expansão e exclusão, crescimento e degradação, sofisticação e abandono, parece coexistir num cenário onde o “novo” e o “velho”, o arrojado e o defasado se hostilizam na tentativa de prevalência num contexto de disputa acirrada. A acumulação flexível, como se supunha, agudizou a contradição local,



impondo uma “permissividade” econômica – base do Estado neoliberal – capaz de favorecer os grandes conglomerados transnacionais, cujo crescimento se dá pela polarização do consumo e bancarrota dos micro-empresendimentos, hoje higienizados do novo cenário econômico urbano.

Os comerciantes locais, em grande parte, ainda insistem no negócio que possuem, mas demonstram-se paralisados pelo pessimismo. Estão cientes de que o novo cenário econômico requer investimentos amplos na fachada do estabelecimento, no marketing da empresa, na redução da margem de lucros para dar conta da concorrência; porém são impelidos pela prudência decorrente de suas limitações econômicas. As taxas de juros embutidas nos empréstimos, além da elevação exorbitante do aluguel, as incertezas com um mercado consumidor cada vez mais fugidio, impedem que os comerciantes almejem ter muito além do que hoje possuem.

É nessa condição que a memória dos lojistas perpassa por um saudosismo acerca de outro cenário, desenhado por condições concretas muito distintas das que hoje percebemos e muito mais propícias à sobrevivência e criação de perspectivas. Por essa razão, os anos 1970 e 1980¹ são apontados, em outros termos, como épocas cujos sonhos ainda subsistiam, cujas possibilidades ainda eram cogitadas.

Por meio dessa análise, foi possível detectar que as representações dos entrevistados se equalizam às condições materiais de existência que, por efeito, se remodelaram no transcurso do tempo. Falar sobre ter um “negócio próprio” hoje é falar num tom de descrédito, ao passo que, remeter para os “tempos áureos do comércio conquistense”, implica numa nostalgia muito atrelada às possibilidades de ascensões significativas do que, até então, não necessitava da nomenclatura “local”.

De todo modo, o que se tem observado é uma invasão de “estrangeirismos” nas placas, fachadas e outdoors que se erigem autoritariamente no espaço urbano local. Tal fato decorre de um processo expansionista do capital que aportou em Vitória da Conquista nesse início de século. Ao esgotar determinados nichos do consumo, o

¹ Frequentemente os anos 1980 são interpretados como período de estagnação econômica para o Brasil, todavia é interessante lembrar que a história apresenta nuances e as experiências pessoais frequentemente distam de generalizações. Na ótica dos ex-comerciantes entrevistados, por exemplo, apesar da inflação galopante e de toda crise, o comércio local ainda era promissor para pequenos investidores.



expansionismo se torna condição para perpetuação da circulação de mercadorias, sendo, então, necessário arrebatam representações e fetiches aos signos “sofisticados” do consumo de massa. Desse modo, a chegada quase simultânea do Mac Donald’s, C&A e Subway, por exemplo, é acompanhada por um meticuloso trabalho ideológico que invade representações e gera uma sensação consensual de “evolução” mercadológica.

Não queremos adensar discussões acerca da pertinência ou não de franquias como esta para a vida social dos sujeitos, mas cabe compreender que toda edificação de macro estruturas econômicas é acompanhada por subjetivações e, por efeito, por ideologias que insinuam condutas, exalando convenções éticas e estéticas.

IDENTIDADES CORROÍDAS

Havia um sutil desconforto implícito nas narrativas dos mais “velhos”. Sejam os comerciantes ou comerciários, apenas aqueles que passaram dos 35 anos pareciam expectadores assombrados com o que presenciavam. Esses sujeitos de mais idade não se sentiam protagonizando a cena, assistindo o desmonte de uma cidade que outrora lhes “pertenceu”, pela amputação do “atraso” e erguimento do “arrojado”.

Essa sensação agonizante se manteve nítida no diálogo com os entrevistados mais “velhos”. O desconforto foi motivado por uma perda de controle e autoridade sobre o tempo presente, num recolhimento à própria obsolescência. Para os entrevistados, a novidade conferida aos novos modelos de gestão e às tendências estrangeiras que orientam o perfil do consumo local chega a ser sufocante para emitir opiniões. Vez ou outra surgiam observações do tipo: “Hoje tudo mudou, não sei se posso ajudar”, “Não se pensa atualmente como na minha época”, “Dentro do possível eu te respondo, mas não sei se na minha idade ainda posso falar sobre isso” ou “Se quiser eu te apresento meu filho, ele está mais por dentro disso que você quer saber”.

Esse desconforto em versar sobre as transformações vivenciadas pela economia local se justifica porque as rupturas foram bruscas e invasivas à medida que impuseram a novidade de modo muito mais rápido do que se pôde acompanhar. De repente, aquela antiga loja do centro foi demolida para ceder espaço ao gigantismo de uma rede recém-



chegada, em seguida, a fachada de uma lojinha foi sendo alterada para ganhar um novo nome e uma nova roupagem e, finalmente, a mídia anunciava a novidade e a população, uníssona, acatava. Como externar saudosismo quando há consenso de que agora tudo mudou, e mudou pra melhor?

Para avigorar essa análise, é útil insistir na ideia de que as mudanças impostas pela acumulação flexível são, também, impressas no espaço geográfico, tornando-se imponente pela megaestrutura montada na malha urbana. A altivez da economia capitalista hostiliza a simplicidade, principalmente porque tem sido polarizada por megaempreendimentos capazes de estabelecer padrões de gestão que penetram os mais remotos espaços do globo. Nesse sentido, a imponência do capital transnacional se sobressai de tal forma no espaço, que constrange qualquer forma de simplicidade, tanto pela impiedosa concorrência, como também pela ideologia que “recolhe” o simplório à marginalidade da economia. Na magnitude desse fenômeno, os mais “velhos” se notam ultrapassados, veem-se prendidos a um passado “simplório” e descolados da complexidade do mundo “moderno”.

A imposição espacial do “novo” capitalismo ocorre mediante a espetacularização do consumo em sintonia com tendências globais que se metamorfoseiam numa velocidade perturbadora, tornando-se indigesta para aqueles que são fruto de outra época. Os comerciantes e ex-comerciantes entrevistados confirmaram tal fato: “sou de uma época em que o freguês era chamado pelo nome” (Marli Miranda, comerciante), “eu apostava no comércio porque, tanto o governo, como a população, valorizava o que era da terra” (Novais, ex-comerciante), “se eu não tivesse investido na loja, teria ficado de fora... observe a fachada dessas lojas novas: são grandes, tomam quarteirões inteiros e dão impressão de credibilidade” (Amorim, comerciante).

Essa espetacularização do capitalismo, imposta hostilmente no espaço, afetou todos os ramos comerciais: lojas de material de construção hoje contrastam com franquias de gigantismo avassalador, lanchonetes se comprimem em meio *fast-foods*, lojas de confecções se acomodam modestamente entre famosas redes do varejo como Renner ou Riachuelo. Assim sendo, a espacialidade do referido fenômeno monta uma “nova” cidade, cuja sofisticação é antítese de toda carga afetiva inerente à “velha” Vitória



da Conquista. Destarte, ser “velho” nesse contexto de transformações é “estar por fora desse ‘mundão’ moderno que chegou aqui” (palavras Mauro, empregado de 38 anos). O “mundão” que Mauro se refere é, certamente, aquele fruto de um processo acentuado de globalização, que nada mais é do que a mundialização das contradições capitalistas, numa estandardização cada vez maior das “manias” de consumo, com implacável agravamento da desigualdade. O referido “mundão” que finalmente “chegou aqui” é o ápice da interconexão do local ao global, com eclosão de desarmonias que desfiliam sentimentos locais e ruem identidades; é, também, o projeto da globalização para Vitória da Conquista, agora, sim, “mundializada” esvaziada.

Além do mais, os “velhos” não conseguem reconhecer suas histórias pessoais no espaço local, não se percebem como extensão da engenharia local, ao contrário, recolhem-se e não se atrevem a falar de uma Vitória da Conquista desconfigurada, pois, se assim o fazem, tornam-se petulantes: “agora é o tempo dessa turma mais nova pegar no batente, minha época já foi” (Novais, ex-comerciante).

É útil acrescentar que todos os comerciários entrevistados sentiam a necessidade de informar como era o espaço urbano nos seus tempos, sempre estavam desenhando com gestos ou apontando para explicar como se organizava a cidade. Em suas palavras havia uma nostalgia latente, principalmente porque as transformações espaciais foram acompanhadas por um processo severo de exclusão e desfiliação através dos novos traçados urbanos. Paulatinamente a cidade foi se transformando e, para os entrevistados, é impossível falar dessas mudanças sem a carga emocional que elas explicitam. Assim, a imposição do “novo” capitalismo flexível se caracteriza como onda de transformação para os mais “novos”, mas para os mais “velhos”, ela assusta, principalmente pela corrosão das identidades que, substituídas por adesões artificiais e arbitrarias aos novos valores de consumo, são comprimidas pela avalanche de apelos à “modernidade²”.

² Não queremos adentrar as discussões epistemológicas que envolvem o termo “modernidade”, embora tratada por Harvey (1993). Utilizamos o vocábulo, grafado entre aspas, para expressar o momento atual e toda fetichização que envolve os discursos em torno das transformações na estrutura econômica global.



O capital encontrou, portanto, na mundialização a oportunidade de dilaceramento das filiações locais, pois, sempre que elas se opõem aos ditames da acumulação, há que equaliza-las aos imperativos do consumo e da subsunção à ideologia da flexibilidade. Tal fato constata o afirmado por Lukács (1992, p. 125) que entende a sociedade capitalista sob “um místico e obscuro poder, cuja objetividade fatalista e desumanizada se contrapõe ao indivíduo”.

Dessa forma, o poder penetrante do trabalho ideológico advindo da flexibilidade gera fissuras no senso de identidade, tanto porque reestrutura o espaço onde a filiação se apoiaria, como também porque afeta a subjetividade com apelos à “novidade” que arbitrariamente aportou nos mais longínquos espaços.

Estudando o campo interdisciplinar da memória social, Sá a observa que existem vários subtipos de memória. O autor ressalva que essa tipologia não é estanque, ao contrário, fundem-se aleatoriamente no cotidiano das sociedades, podendo ser acionadas reciprocamente pelos usos informais do passado. Entre os tipos de memórias indicadas pelo autor, estão as memórias públicas que, segundo o ele, é “onde proliferam os chamados ‘usos públicos da história’, onde são esgrimidos os argumentos opostos do ‘dever de memória’ e da ‘necessidade de esquecimento’, onde as memórias se encontram cada vez mais submetidas à mediação dos meios de comunicação de massa.” (SÁ, 2007, p. 294).

Fazendo um intercruzamento entre os conceitos de identidade e memórias públicas, é possível ressaltar que a relação presente entre trajetórias pessoais de vida e os usos públicos da memória são carregados de conflituosidade. Isso ocorre porque é no ato de externar memórias e inscreve-las no coletivo que intercalam relações de identificação e estranhamento. É na articulação entre a dimensão individual e a pública, onde afinidades e dessemelhanças coexistem, que esgrimam interesses conflitivos e estabelecem disputas por significados, onde também ocorre a subjugação de partes mais vulneráveis às forças que se interpõem.

Assim, as identidades arrastadas pelas memórias dos mais “velhos” encontram embates de forças poderosas, quando externadas, o que intimida o resgate de um passado hoje aviltado por sua obsolescência. Por essa razão, os entrevistados de mais



idade depreciavam muito sutilmente seu próprio discurso, tentavam suavizar o estranhamento provocado pela “modernidade”, mas, no fim, assumiam sua “inapropriação” para a fruição do futuro: “esse novo comércio aí é para os jovens, porque eles, sim, têm espírito corajoso, eu, como sou de outra época... [ideia inconclusa por uma expressão reticente]” (Júlio, comerciante, 35 anos).

O TRABALHO NO ÂMBITO DA FLEXIBILIDADE

Numa clássica comparação, Marx afirma: “o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera” (MARX, 1996, p. 298). Essa elaboração mental do trabalho, antes de executá-lo, segundo Hall (2006) nada mais é do que uma “construção conceitual” do objeto que, em seguida, será construído no mundo material. O autor, então, conclui que “o ‘econômico’ não poderia funcionar nem teria efeitos reais sem a ‘cultura’ ou fora dos significados e dos discursos” (HALL, 2006, p. 25). Ao insistirmos na ideia de que a arquitetura do capital perpassa também por subjetivações, sincronizadas à materialidade da estrutura econômica que, inevitavelmente, redundam em representações que compõem o mundo de significados.

O trabalho, portanto, é também construção de valores e sistematização de sentidos, imbuído de vinculação dialética com o regime capitalista, cuja historicidade metamorfoseia seu significado. Assim, a afirmação de que o regime flexível é também subjetivação fica comprovada no discurso dos trabalhadores entrevistados que, na sua maioria, demonstram ter incorporado a cartilha do modelo japonês³, que reverberou nas formas de gestão pelo Brasil, principalmente depois dos anos 1990.

Evidentemente, os trabalhadores não esboçam uma consciência sistematizada sobre os efeitos da flexibilidade sobre suas formas de pensar, porém, ao compararem seus cotidianos com o narrado pelos mais “velhos”, põem-se diante da constatação de

³ O modelo japonês, também conhecido como Toyotismo, foi um sistema de organização que surgiu como contraponto do fordismo. Tal modelo não sintetiza todo o processo de acumulação flexível, porém apenas o ilustra pela sua arquitetura produtiva e ideológica totalmente sincronizada à ideia de flexibilidade da economia.



que algo dinamizou o mundo do trabalho. Antônio (empregado do comércio, hoje com 31 anos de idade), acompanhou um processo severo de mudanças na loja de eletrodomésticos onde trabalha desde os anos 1990. Segundo ele: “ou mudávamos, ou falíamos”. Não é raro na fala de Antônio inserir-se no processo, tomando-o como desafio próprio, fato que inspira o uso de expressões como: “éramos felizes”, “participamos da construção dessa cidade”, “somos importantes para o povo conquistense”, “queremos atender bem o cliente”. O emprego do verbo na primeira pessoa do plural é fruto de um trabalho ideológico extremamente articulado que gerou um engajamento dos empregados para com o ideal da empresa.

O mesmo se observa entre demais trabalhadores investigados, principalmente aqueles de faixa etária abaixo dos 35 anos, que raramente falam da empresa sem assumirem os desafios como pessoalmente seus. Felipe (19 anos) diz que “precisamos fazer nosso melhor para combater nossos concorrentes”, André (22 anos) entende que “se não tratarmos bem nosso cliente, perdemos para concorrência”, Márcia (29 anos) enfatiza “ou melhoramos sempre ou perdemos espaço no comércio”.

“Nossos concorrentes”, “nosso cliente”, “nosso espaço no comércio”, eis o que chamamos de engajamento. Enquanto os trabalhadores se inserem no ideário da empresa, simultaneamente tratam da vinculação sindical como obrigatoriedade, que nada mais é do que uma precaução inerente à formalidade do emprego. O sindicato, no discurso dos trabalhadores, é visto como um elemento distante, dissociado do “nós” que acompanha a retórica sobre a empresa. Observemos que, ao capturar a subjetividade do trabalhador pelas táticas de persuasão dos treinamentos articulados ao modelo japonês, criou-se uma afinidade dissimulada dos trabalhadores com a empresa, ao passo que a vinculação sindical se tornou uma mera formalidade.

Evidentemente, o modelo japonês está longe de definir o que é a acumulação flexível, todavia o seu ideário repercutiu em formas de treinamento ao redor do mundo, propondo um engajamento do coletivo de trabalhadores à causa da empresa, o que muito ilustra o projeto da flexibilidade para o capitalismo globalizado. Faziam-se usos de contos, provérbios, ditos populares e comparações com competições esportivas e com relações familiares harmônicas, de modo a adentrar a subjetividade dos empregados e



instaurar o ideário da “família Toyota” (ALVES, 2011). Nesse ideário, ser trabalhador passou a ser uma questão de honra e subjugação consentida com a exploração, aqui concebida como parte natural das relações de trabalho, cuja filiação forjada constrange qualquer forma de rebeldia (BARBOSA, 2011).

Ao mesmo tempo em que os empregados assumam os desafios da empresa como seus, eles também exaurem suas forças pelo trabalho. Essa subsunção, portanto, é vista de modo paradoxal, entre identidade e fadiga, pois, mesmo pondo-se dentro do ideário da empresa, a sensação de exploração é lançada à face dos sujeitos à medida que sentem a fragilidade dos vínculos trabalhistas. Sandra (27 anos) reconhece que “se eu não cumprir metas de comissões, não fico mais aqui”, André (22 anos) assume que “tem de trabalhar demais, senão fica mal falado e acaba tendo de sair”, Maria (25 anos) entende que “a parte negativa do meu trabalho é essa: concorrência demais entre os colegas porque todos querem continuar na empresa, ninguém quer ser demitido”.

No fim, torna difícil interpretar o sentimento ambivalente que se externa na fala dos trabalhadores, isso porque o engajamento ao ideário da empresa não sufocou a sensação de exclusão e, no sentido contrário, a sensação de subordinação não neutralizou a sensação de pertencimento coletivo à empresa. Por mais ambíguo que pareça, repulsa e identidade coexistem na relação do trabalhador com seu espaço de trabalho. Esses sentimentos não se alternam, eles existem concomitantemente, tornando o estudo que propomos muito mais complexo e menos tangível que se imaginava.

CONCLUSÕES

O fenômeno da acumulação flexível possui hoje dimensões planetárias, aportando na cotidianidade de pessoas comuns em seus mais variados âmbitos sociais. Com isso, o que se percebe é que a forma como as pessoas representam esse fenômeno perpassa pelas experiências pessoais de vida, sendo impossível dissociar representações da biografia peculiar a cada sujeito. Por isso, os comerciantes, tragados pela concorrência predatória das franquias internacionais, lamentam as mudanças econômicas; ao passo que os comerciários mais jovens, diante dos desafios postos,



conformam-se com a superfície do fenômeno, manifestando certo otimismo com as mudanças espaciais da cidade.

O século XXI parece ter erigido uma “nova” Vitória da Conquista, agora muito mais austera para quem pretende adentrar a arena concorrencial do comércio, mas também inspirando o eufórico deslumbre do crescimento econômico calcado na exclusão social. A pujança econômica se imprimiu imponentemente no espaço, conferindo um ar metropolitano à cidade, mas, por outro lado, corroendo identidades locais e sabotando oportunidades de permanência na cena comercial.

Desse modo, a análise sobre o “novo” capitalismo flexível carece de investigações que transcendam a fetichismo da pujança econômica. A sensação de cosmopolitismo, erigida na configuração espacial urbana, pode omitir a truculência desse sistema que escamoteia os resultados mais nefastos do capitalismo, que vão desde a exclusão social, até a bancarrota de microempresários expulsos das novas prerrogativas do consumo. Embora saibamos que os discursos emitidos pelas pessoas muito se relacionem ao lugar que elas ocupam, entendemos que existe um trabalho ideológico da estrutura econômica neoliberal para capturar a subjetividade dos sujeitos em seus distintos *lócus*, equalizando opiniões ao projeto burguês de sociedade. Tal fato ocorre mediante a introdução de signos e valores arbitrários na cotidianidade das pessoas, implantados através de um consentimento generalizado, realidade esta que permite compreender a sutileza e o cinismo como rótulos das “novas” formas de exploração.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BARBOSA, A. M. S. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Revista de Sociologia e Política**. Vol. 19, Num. 38. Curitiba, mar. 2011. p. 30-49. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a08.pdf> . Acesso em 10 de maio de 2013.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social: fundamentos para uma análise marxista**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LUCÁKS, G. **Sociologia**. In: NETTO, J. P. Sociologia: Lukács. São Paulo: Ática, 1992.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SÁ, C. P. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. In: **Psicologia Reflexão e Crítica**. Vol. 20, num. 002. Porto Alegre: UFRGS, 2007. (p. 290-295).